

Actualizado a 13/03/2015, 00:01 São Filipe, 13 Mar (Inforpress) – A unidade do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) nos Mosteiros vai funcionar, a partir de Abril, em novo espaço físico e a delegação de São Filipe será remodelada e adaptada para prestar um serviço de qualidade aos utentes. Esta é uma das decisões do novo presidente do Concelho de Administração do INPS, José Maria Veiga, que hoje termina a sua primeira visita às unidades descentralizadas do Instituto Nacional de Previdência Social, após o seu empossamento, acompanhado de um administrador executivo e da directora do serviço de atendimento. Para o novo responsável do INPS, cuja visita tinha por objectivo se inteirar do funcionamento das unidades e delegações do instituto, a unidade dos Mosteiros, que funciona num espaço sem as condições necessárias, vai passar a operar no edifício da delegação da Águabrava nos Mosteiros, sem quaisquer custos adicionais e com maiores dignidades. Em relação à delegação de São Filipe, que coordena a região Fogo e Brava, e que funciona num primeiro piso, sem rampa de acesso, José Maria Veiga disse que vai ser remodelado e adaptado para dar respostas às demandas dos utentes, indicando que na entrada será criado um espaço de atendimento e que o actual espaço será adaptado, com construção de sala de atendimento personalizado, gabinetes, sala de reunião e arquivos. Este responsável acrescentou que contacto será estabelecido com o arquitecto que projectou o edifício para efectuar as remodelações necessárias para garantir maior funcionalidade do edifício. A visita, a primeira de José Maria Veiga enquanto PCA do INPS, visava também estabelecer contactos com os principais parceiros e analisar as dificuldades existentes. O novo PCA do INPS disse que, à semelhança dos outros pontos do território, a questão de transferência de doentes para outros hospitais, a consulta de especialidade, a prestação de saúde constituem os principais constrangimentos, notando que a equipa de São Filipe, apesar de pequena, tem dado respostas, embora reconheça que haja necessidade de corrigir alguns aspectos. Para José Maria Veiga, a marcação das consultas não depende do INPS, mas sim do Ministério da Saúde, sublinhando que esforços devem ser feitos para, em articulação com os parceiros, diminuir o tempo de espera e dar uma resposta célere aos utentes, permitindo também reduzir os custos porque, conforme explicou, o atraso na marcação acaba por acarretar custos adicionais. Relativamente à delegação de São Filipe, José Maria Veiga disse que há necessidade de reforçar as tecnologias de informação, de modo a permitir maior celeridade na interligação e dar uma resposta mais célere, dar maior autonomia à delegação com mais recursos financeiros (fundos maneios) para, em tempo real, resolver determinadas situações, notando que há questões pontuais que podem ser resolvidas a nível local. O novo PCA afirmou ainda que a instalação da região sanitária Fogo e Brava, com possibilidades de consultas de especialidades, vai permitir ao instituto reduzir os custos com deslocação de doentes para os hospitais centrais, sobretudo os acompanhantes que representam um custo avultado para o INPS. Segundo o mesmo, um facto positivo é que as três câmaras da ilha do Fogo estão em dias com o INPS, contrariamente a muitas outras instituições públicas e privadas que estão em dívidas com o instituto, cujo valor ultrapassa os seis milhões de contos. José Maria Veiga disse que uma das prioridades é negociar e acompanhar as empresas públicas e privadas, câmaras municipais e outras instituições para o pagamento das dívidas, realçando que se não houver este engajamento entre 2028 e 2034, o sistema de previdência social será insustentável. O conselho executivo do INPS vai reunir-se no final deste mês de Março, na Cidade da Praia, para aprovar os instrumentos de gestão, nomeadamente o plano de actividades e orçamento para 2015. Depois do Fogo, a nova administração do INPS efectuará uma deslocação ao Sal, seguido do interior de Santiago, S.Vicente, Santo Antão, S.Nicolau, Brava e Maio, para se

inteirar da situação interna do funcionamento da instituição. JR Inforpress/Fim